

Áreas isoladas precisam de várias soluções locais

Há de 1 milhão a 1,5 milhão de pessoas sem energia em regiões isoladas, principalmente no Norte do país

Por Vladimir Goitia — Para o Valor, de São Paulo

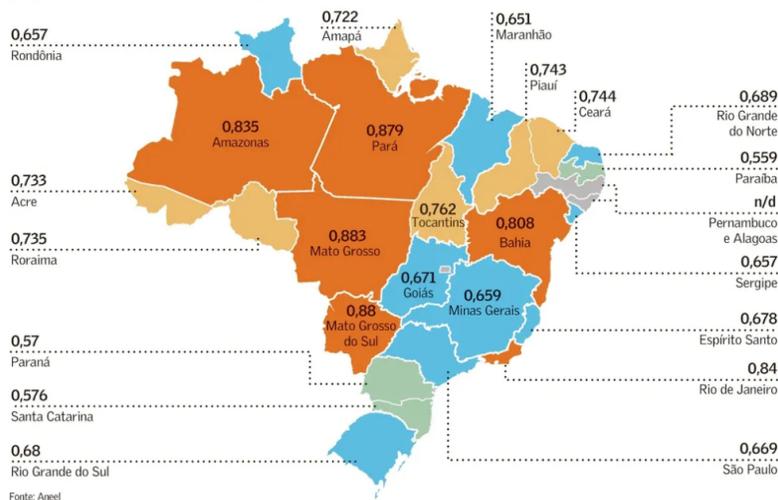
31/05/2023 05h04 · Atualizado há 6 horas



Tarifas médias residenciais

Em R\$/kWh

● 0,5 a 0,59 ● 0,6 a 0,69 ● 0,7 a 0,79 ● 0,8 a 0,89



Embora exista uma lei (10.438/2002) que determina universalização do acesso e uso de energia elétrica em todo o território nacional, cerca de 1 milhão a 1,5 milhão de pessoas - a maioria em áreas isoladas da região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Pará, Roraima, Amapá e Tocantins) - ainda vivem no escuro. A resposta para esse problema, segundo entidades do setor energético e especialistas, precisa vir de soluções locais, como termoelétricas a gás ou óleo, a combinação delas com outras fontes de geração, entre elas biomassa, solar e eólica, ou baterias de acumulação.

O Instituto Acende Brasil aponta que há 271 localidades que não estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN). São territórios em geral espalhados pela região amazônica, caracterizada por amplas distâncias, difícil acesso, baixa densidade populacional e reduzido consumo de energia.

“Exigiria investimentos que requerem remuneração via tarifas ou de recursos bancados pelo governo federal via subsídios” diz Alexei Vivan

recursos bancados pelo governo federal via subsídios”, diz Alexey Ivanov, diretor-presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE). Mesmo que a região Norte abrigue hoje seis das dez maiores hidrelétricas do país (Belo Monte, São Luiz do Tapajós, Tucuruí e Jatobá no Pará; e Santo Antônio e Jirau em Rondônia), levar energia dessas usinas a localidades remotas da região teria custos elevados.

“Conectar essas hidrelétricas a áreas de difícil acesso, tanto do ponto de vista geográfico como topográfico, por meio de linhas de alta tensão, subestações e linhas de transmissão de baixa tensão tem custo muito alto”, afirma Felipe Gonçalves, superintendente de Pesquisa da FGV Energia. Para ele, há meios de atender essas regiões de forma mais econômica, com soluções locais que podem se dar por meio de sistemas independentes da rede.

Claudio Sales, presidente do Acende Brasil, tem a mesma opinião. Para ele, a forma de universalizar a eletricidade nessa região deve ser diferenciada em função das características de cada localidade. “Isso não significa que elas tenham sido abandonadas. As distribuidoras têm programas e metas para a redução de unidades de consumo sem acessão à rede elétrica”, pondera Gonçalves, da FGV Energia. Tanto é assim, diz Sales, que a interconexão de algumas áreas da região Norte ao SIN continua ocorrendo.

É o caso de Boa Vista (RR), única capital brasileira fora do SIN. A expectativa é que em 2025 seja concluída a linha de transmissão Manaus-Boa Vista, possibilitando a interconexão prevista para 2015. No caso da região de Parintins (AM), segundo maior sistema isolado, com 300 mil habitantes, a expectativa de conexão é para os próximos meses. Os projetos fazem sentido tendo em vista a concentração da carga que será atendida.

“Com essas interligações, cerca de 25% da população até então isolada passará a ser atendida pelo SIN. Quanto às demais localidades, algumas muito pequenas e distantes, seguirão supridas com diferentes tecnologias, sendo que até o momento a geração a diesel é predominante, com cerca de 60% do total”, diz Sales.

Mario Dias Miranda, presidente-executivo da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), avalia que a partir do crescimento da carga será possível buscar alguma interconexão em ambiente de distribuição. “Somente quando houver sustentação econômica é que a transmissão poderia entrar, respeitado o condicionamento ambiental. Foi assim que se deu a interligação brasileira”, diz Miranda.

Outra questão elencada por Pará e Rondônia, apesar de serem grandes geradores, é o preço das tarifas nesses Estados. Dados da Aneel mostram que a tarifa média residencial no Pará, por exemplo, é de R\$ 0,879 por kWh, enquanto que no Paraná e em Santa Catarina essa tarifa está em R\$ 0,57 e R\$ 0,576, respectivamente. Vivan, da ABCE, diz que a diferença não tem relação com o custo de transmissão, que, em média, representa cerca de 6,5% das tarifas de energia elétrica pagas pelos

consumidores.

“A tarifa é resultado dos investimentos necessários para operar, manter e expandir a rede elétrica e o sistema de distribuição de energia, divididos pelo número de consumidores daquela concessionária específica”, diz Vivan. Assim, quanto maior a área a ser atendida, maior os investimentos e menor o número de consumidores para dividir a conta, maior será a tarifa.

Para Sales, a diferença de custo não é percebida pelo consumidor no sistema isolado, porque existe a Conta de Consumo de Combustível (CCC), que é paga por todas as distribuidoras e transmissoras de energia para subsidiar os gastos anuais de sistemas isolados. Este ano, a CCC vai custar R\$ 12 bilhões, cobrados de todos os consumidores. “É um número que corresponde a 4,2% da receita bruta do setor elétrico, que se destina a cobrir os custos de geração, transmissão e distribuição para o país todo.”

Recomendadas para você

Energia

Belo Monte precisa garantir mais água para produção

Energia

Modelo de concessões poderá ser revisto

Energia

Transição energética atrai investimentos bilionários ao país

Energia

Crescem as linhas de financiamento para GD



Comentários

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site. Se achar algo que viole os **termos de uso**, denuncie. Leia as **perguntas mais frequentes** para saber o que é impróprio ou ilegal.

Accesse sua Conta Globo e participe da conversa

Entre e Participe da Conversa

Mais novos ▾

Ainda não há comentários. Seja o primeiro a comentar.

Mais do Valor Econômico



Advogados repudiam decisão de Moraes que nega vínculo de emprego a motorista de aplicativo

Para entidades ligadas à advocacia trabalhista, há uma tentativa de esvaziamento da competência

uma tentativa de esvaziamento da competência da Justiça do Trabalho

31/05/2023, 15:00 — Em Legislação



Tribunais garantem redução de jornada a pais de crianças com deficiência

Desembargadores analisaram situação de funcionários com filhos com paralisia cerebral e espectro autista

31/05/2023, 15:00 — Em Legislação



Lula convoca Rui Costa e Padilha para discutir impasse sobre MP da reestruturação dos ministérios

Também foi convocado para a reunião o líder do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães

31/05/2023, 14:50 — Em Política



Alemanha ordena fechamento de consulados russos em resposta à medida de Moscou

Rússia anunciou recentemente o limite de 350 funcionários alemães em solo russo, incluindo funcionários em organizações culturais e escolas

31/05/2023, 14:43 — Em Mundo



Apetite ao risco na concessão de crédito diminui, mas ambiente ainda demanda atenção, diz BC

Segundo a ata da última reunião do Comitê de Estabilidade Financeira (Comef), o comprometimento de renda e o endividamento das famílias permanecem em níveis historicamente elevados

31/05/2023, 14:41 — Em Finanças



Aumento menor de desempregados ajudou a segurar taxa de desemprego, diz IBGE

Taxa de desemprego passou de 8,4% no trimestre encerrado em janeiro para 8,5% no trimestre encerrado em abril

31/05/2023, 14:41 — Em Brasil



STF mantém em 7 de junho julgamento sobre marco temporal para demarcação de terras indígenas

Texto aprovado pelos deputados segue agora para o Senado e ainda pode voltar à Câmara, caso haja mudança, mas a tramitação não

caso não haja mudança, mas a decisão não impede que a Corte se debruce sobre o tema

31/05/2023, 14:34 — Em Política



Equatorial fará OPA de ações remanescentes da antiga Celg-D

A oferta compreende até 102.022 ações ordinárias e totaliza R\$ 436.442,18

31/05/2023, 14:31 — Em Finanças

Dólar acompanha movimento global e opera em alta contra o real

31/05/2023, 14:27 — Em Finanças